

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 1.823 , DE 2011

Assegura à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas.

Autora: Deputada SANDRA ROSADO

Relator: Deputado DR. JORGE SILVA

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

I - RELATÓRIO

A ilustre Deputada Sandra Rosado, através da proposição supranumerada, pretende instituir em lei avulsa o que entende como *“assegurar à mulher, na condição de chefe de família o direito de aquisição de terras públicas, em processo desapropriatório ou ações discriminatórias”*.

Alega em defesa de sua tese:

“A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso I, garante que ‘homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição’. O artigo 226, § 5º, por sua vez, assevera que ‘os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher’. Finalmente, o artigo 189, parágrafo único, no tocante aos beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária, dispõe que ‘o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei’.

Assim sendo, atendendo ao preceito constitucional, esta proposta visa assegurar à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras nos programas de reforma agrária.”

A esta Comissão de Seguridade Social e Família compete analisar o mérito da proposta, sendo a apreciação conclusiva (art. 24, II do Regimento Interno).

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A igualdade entre homens e mulheres é preceito que orienta as regras de todo o nosso direito.

Após séculos de opressão, a mulher conseguiu, nas civilizações democráticas, a igualdade de direitos com os homens.

Há muitos direitos que ainda precisam ser igualmente usufruídos, como o direito ao mesmo salário, quando na iniciativa privada exercerem elas a mesma função, com os mesmos encargos.

O argumento trazido à baila pela própria autora, quando fez menção ao art. 189 da Constituição Federal, é de suma importância:

“CAPÍTULO III

DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à

mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.”

É preceito inquestionável e inderrogável pela legislação infraconstitucional e é autoaplicável.

Temos de levar em consideração, ainda, que a Lei nº 8.629, de 25, de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, assegurou em seu artigo 19 que o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente de estado civil.

Em que pese ao exposto acima, cremos que o voto em separado da nobre Deputada Jandira Feghali merece acolhida pela forma judiciosa como o apresentou, e que incorporamos ao nosso voto:

“Sob uma perspectiva de gênero, o texto constitucional avança ao estabelecer tal possibilidade, mas, conforme indicado pelo próprio relator, ‘a reforma agrária brasileira chama a atenção em termos de sua relativamente baixa parcela de beneficiárias ao comparar-se com outros países latino-americanos’.

Isso porque, o que se observa na prática não é o respeito ao princípio constitucional da isonomia. Infelizmente, em nosso País, as mulheres ainda sofrem todo tipo de discriminação, seja com relação a salários, ao exercício de determinadas atividades e também na situação de chefe de família.

Neste sentido o projeto é meritório ao consolidar o respeito à mulher estabelecido como norma jurídica no texto constitucional, obrigando o Poder Público a tratar a mulher chefe de família de forma igualitária, quando se apresentar para a aquisição de terras públicas. Trata-se, na verdade, de uma política afirmativa necessária uma vez que a isonomia prevista na Constituição Federal não se traduziu ainda em efetiva garantia. O Projeto é, portanto, benéfico para a sociedade e revela-se como um instrumento de garantia do respeito aos direitos e garantias fundamentais, corolário sagrado do direito moderno.

Lembro, por fim, que Projeto de Lei com o mesmo teor – PL 3.142/04, já foi aprovado, por unanimidade, por esta Comissão em 18 de maio de 2005.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania também mereceu aprovação unânime, em 31 de maio de 2006. Tendo sido encaminhada ao Senado Federal foi arquivada por não ter sido analisada naquela Casa até o final da Legislatura. Louvável, pois, a iniciativa da nobre autora ao reapresentar o tema para o debate.”

Contemplando, ainda, as contribuições do ilustre Deputado Dr. Rosinha, Presidente desta E. Comissão, do nobre Deputado Mandetta e da ilustre Deputada Jandira Feghali.

Em recente manifestação o Ministério da Reforma Agrária sugeriu nova redação à proposta, incluindo inovações que se nos apresentam de muito bom alvitre.

Tais inovações representam o entendimento de vários órgãos governamentais: Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Secretaria do Reordenamento Agrário – SRA, Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal – SERFAL.

Por esses posicionamentos e pela redação proposta por esses órgãos, apresentamos, em anexo, Substitutivo ao projeto.

Desse modo, nosso voto é pela aprovação do PL nº 1.823, de 2011, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado DR. JORGE SILVA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.823, DE 2011

Assegura à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os títulos de domínio, concessão de uso e concessão de direito real de uso oriundos dos instrumentos de seleção de famílias, aquisição de terras e destinação de terras far-se-ão ao homem à mulher, obrigatoriamente, nos casos de casamento ou união estável.

Art. 2º É assegurado à mulher, na condição de chefe de família, o direito de acesso a terra nas ações de destinação, aquisição ou titulação de terras oriundas de processo de reforma agrária ou regularização fundiária.

Art. 3º Na sistemática de classificação para fins de concessão de terras, será dada preferência às famílias chefiadas por mulheres.

Paragrafo único. Para os efeitos desta Lei entende-se por mulher chefe de família a que se encontra na condição de principal responsável pelo domicílio.

Art. 4º As ações descritas nos artigos 1º ao 3º abrangem:

I – as áreas de reforma agrária;

II – as ações de regularização fundiária e reordenamento agrário em área rural realizada pelos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado DR. JORGE SILVA